

Resenha do livro:

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et al]. **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

Resenha por Lucia Mara de Lima Padilha¹

O presente trabalho trata-se de uma coletânea, resultado das duas jornadas nacionais sobre Instituições Escolares no Brasil realizadas pelo HISTEDBR no ano de 2005. Os autores da obra: professora Maria Isabel Moura Nascimento, professor Wilson Sandano, professor José Claudinei Lombardi e professor Dermeval Saviani, tiveram como objetivo principal, compartilhar com os leitores a história das instituições escolares no Brasil expostas nos trabalhos publicados neste livro.

A primeira parte da coletânea reúne as conferências de abertura, realizadas pelo professor Dermeval Saviani, da V Jornada do HISTEDBR em Sorocaba cujo tema central “Instituições escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução histórica” e da VI Jornada realizada em Ponta Grossa com o tema “Reconstrução Histórica das Instituições Escolares no Brasil”. Na abertura da primeira jornada o autor aborda o conceito de instituição apresentando a variação de significados que o mesmo pode ter, bem como a finalidade dessa palavra. Inicia os debates em torno das instituições escolares brasileiras, considerando-as sob três aspectos: sua história, sua historiografia e suas práticas, enfatizando que se faz necessário uma pesquisa que considere o processo de institucionalização dessas instituições em conjunto e não em suas particularidades. Na VI jornada Saviani manteve sua posição colocando a importância de se estar realizando uma pesquisa voltada para a reconstrução histórica da escola pública brasileira de uma maneira significativa, não apenas levantando dados factuais, mas analisando-as através das complexas relações e determinações ao longo de sua história. Deixa claro que o objeto do historiador não é construído por ele, enquanto pesquisador. O que lhe cabe construir é o conhecimento do objeto e não o próprio objeto, reconstruindo-o no plano do pensamento. O autor propõe a reconstrução histórica das instituições escolares brasileiras admitindo a existência das mesmas que, pelo seu caráter durável, têm uma história que não apenas se quer, mas que se necessita conhecer.

Maria Elisabeth Blanck Miguel apresenta o texto: “Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares”, no qual apresenta suas reflexões sobre o processo e os resultados das pesquisas em que trabalhou. Coloca em destaque a manutenção e a preservação das fontes documentais das instituições escolares através da organização de arquivos que estariam disponíveis para a pesquisa. Segundo ela as fontes nem sempre se encontram nas escolas, mas sim guardadas por outros órgãos pertencentes ao município onde se localizam.

Sérgio Castanho, ao abordar o trabalho “Institucionalização das instituições escolares: final do Império e Primeira República no Brasil” procura explicar dois problemas referentes ao título do texto: o que é institucionalização e o que são instituições escolares? Também pretende verificar como, no período final do Império e Primeira República no Brasil, a educação torna-se progressivamente uma prática institucional escolar. Destaca que o processo de institucionalização escolar dá-se no decorrer do Império brasileiro, com especificidades relativas aos níveis e modalidades educacionais a par de uma profunda arritmia social. De jeito que diferentes camadas da sociedade praticam

formas diversas de educação, também ritmos diferentes, marcando a institucionalização escolar nos diversos níveis e modalidades em que se realiza. Castanho, ao longo de seu trabalho, propõe um quadro histórico no qual se dá esse processo.

Com o texto: “Por uma ampliação da noção de documento escolar” Diana Gonçalves Vidal relata sua experiência como pesquisadora em história da educação e arquivos escolares. A autora descreve os passos de sua pesquisa de doutoramento sobre o cotidiano do Instituto de Educação do Rio de Janeiro de 1932 a 1937, quando utilizou como fonte a documentação guardada no arquivo morto da instituição. Procura alertar a sociedade para a necessidade de um olhar mais atento para a dimensão da oralidade na constituição dos afazeres escolares e para o exercício do arquivamento. Coloca que é imperioso compreender que as relações escriturais e orais somente se produzem na escola a partir do contato com objetos, através dos quais se conhece as estratégias de conformação da corporeidade dos sujeitos impostas pelos mecanismos do poder. A autora afirma que a manutenção de documentos que possam indiciar essa dialética entre o micro das ações dos sujeitos e o macro das políticas educacionais lhe parece uma preocupação fundamental para o estabelecimento de critérios de guarda e descarte de documentação. Propõe uma ação interdisciplinar entre historiadores da educação, arquivistas e educadores, na elaboração de uma política de conservação documental, de amplo espectro, que não precise necessariamente ser implantada em todas as escolas da mesma maneira, mas que possa emergir no entrelaçamento de instituições criadas e mantidas com tal propósito.

Fazendo um balanço das produções sobre Instituições escolares, José Luís Sanfelice autor do texto: “História das Instituições Escolares”, coloca que quando se toma a decisão de pesquisar a história de uma instituição escolar ou de uma instituição educativa, o condicionante inicial que se propõe é o da temporalidade bem como, as condições materiais objetivas e subjetivas do pesquisador são determinantes para que as decisões tomadas no ponto de partida estejam presentes no ponto de chegada, enriquecidas pelos novos conhecimentos adquiridos. Para o autor, ao analisar uma instituição escolar é preciso saber que nenhuma manifesta sua identidade plena apenas no interior de seus muros, por isso é fundamental olhar para seu entorno. Um entorno que se inicia bem junto a ela, mas que pode ser uma caminhada para um dimensão cada vez mais macro. As relações da população com as instituições escolares geram situações não previstas e que alteram, localmente, planos oficiais ou diretrizes de uma política educacional. Há, portanto, sempre uma identidade. Ao historiador cabe buscar o sentido dessa identidade na relação infinita do particular com o geral. Sanfelice afirma que não há uma regra que determine um caminho único para se acessar a história de uma instituição escolar ou educativa. O que importa é o que resulta do processo de pesquisa e que em grande parte está condicionado à forma teórica do pesquisador e ao alcance dos seus recursos metodológicos.

José Carlos Souza Araújo apresenta o texto “As instituições escolares na primeira República, ou Os projetos Educativos em busca de hegemonia” com o intuito de oferecer uma estruturação possível em torno das instituições escolares como projetos historicamente manifestos e centrados em concepções antropológico-educativas diversificadas. Tem a perspectiva de que as instituições escolares são expressões de visões de mundo, as quais configuram e orientam diferentes projetos de natureza educativa, que implicam orientações concepcionais de ordem antropológica, ética, política, teológica, estética, etc. Para o autor a instituição escolar está comprometida, dialeticamente, com a cultura a produzir-se e a reproduzir-se entre os educandos. Em seu texto Araújo teve como objetos de reflexão três diferentes projetos: Projeto Republicano; Projeto confessional católico e Expressões institucionais privadas não-confessionais, os quais orientam concretamente a gênese, a implantação e a consolidação de instituições escolares no período da Primeira República.

O autor afirma que buscar as especificidades locais e regionais é um exercício de pesquisa necessário para qualificar a gênese, a trajetória institucional, sua auto-afirmação significativa incontestemente durante um dado período.

Carlos Monarcha abre a quarta parte do livro com o texto: “História da Educação Brasileira” abordando questões sobre a prática de interpretar e reinterpretar o passado. Coloca que no Brasil, a partir de 1930, visava-se conferir um sentido à formação social, aprofundando-se, com isso, a institucionalização dos “estudos brasileiros” e/ou “estudos sociais”, conforme a terminologia da época. Num contexto político e cultural simultaneamente modernizador e autoritário, no qual o Estado reforçava seu poder institucional e simbolizador, consolidou-se uma consciência historiográfica nacional. O autor identifica também os órgãos universitários - principalmente os organismos estatais recém criados – iniciava-se o fenômeno polemicamente denominado de “fase científica” das ciências humanas e sociais, no Brasil, conforme formulações de Fernando Azevedo e Manoel Bergström Lourenço Filho.

Os estudos sobre história de instituições escolares desenvolveram-se principalmente, a partir dos anos de 1990, como coloca Ester Buffa em seu texto: “Os estudos sobre Instituições Escolares: Organização do espaço e propostas pedagógicas”. Uma característica marcante da produção acadêmica relativa à história da educação, nesse período de consolidação da pós-graduação, é a denominada crise dos paradigmas teóricos. Segundo a autora é possível observar que nos diversos eventos científicos de educadores, são apresentados inúmeros trabalhos de pós-graduandos sobre as mais diversas instituições escolares de todo o país, e que quase em sua maioria os autores destes trabalhos pertencem a um grupo ou linha de pesquisa. Para a autora, temas como cultura escolar, considerados inclusive em sua materialidade – livros didáticos, disciplinas escolares, práticas educativas, questões de gênero, infância, organização do espaço escolar e instituições escolares – têm sido privilegiados pelos historiadores da educação. A nova história, a história cultural, a nova sociologia, a sociologia francesa constituem as matrizes teóricas das pesquisas realizadas. O aspecto positivo dessa tendência diz respeito à ampliação das linhas de investigação, à diversificação teórico-metodológica e a utilização das mais variadas fontes de pesquisa.

Olinda Maria Noronha apresenta em seu trabalho “Historiografia das Instituições Escolares: contribuição ao debate metodológico”, que é recente no campo da história da educação e, especificamente da historiografia das instituições educativas como âmbito de estudo na história da educação é uma tentativa de escrever a história das instituições escolares rompendo com a perspectiva descritiva e com os registros oficiais da escola. Para a autora essa busca de uma teoria necessita ser explicitada para que seja possível agrupar os conhecimentos obtidos de forma articulada como um campo formal de conhecimento. Explica que sem uma reflexão rigorosa sobre os fundamentos teóricos e metodológicos do trabalho do historiador e do historiador da educação, a tarefa de produzir história focará reduzida a rotinas de descrições narrativas, de uma história sem objeto, sem problemas e sem indagações. Isso significa que sem a teoria o conhecimento em história da educação não avança. O que se tem então é a escrita da história da educação feita não por historiadores da educação, mas por “historicistas da educação”, que em geral são aqueles que se enquadram na lista da chamada nova história ou do ressurgimento da história narrativa ou história fragmentada.

Jorge Luis Cammarano González abre a quinta parte da coletânea com o texto: “Instituições Escolares Práticas”, abordando a expressão *práticas*, merecedora de esclarecimento quanto ao significado e correspondente filiação teórica articulada ao

universo das instituições escolares. Segundo o autor o esclarecimento dessa expressão exige investigar que concepção de prática marca presença nas propostas educacionais em curso, investigação que, em seus desdobramentos, auxilia no exame dos processos de produção e apropriação de conhecimento propostos na perspectiva de formação do indivíduo.

González afirma que a atividade prática humana envolve, entre vários aspectos, o da formação do indivíduo no âmbito das instituições escolares. Investigar, analisar e problematizar práticas formativas no contexto das instituições escolares requer compreender se essas práticas representariam, predominantemente e tendencialmente, uma atividade utilitária, produtivista ou se representaria a possibilidade de uma forma específica de práxis, constituída por suas indissociáveis dimensões antropológicas, histórica, gnosiológica e ontológica. Reafirma que o tratamento do tema - Instituições Escolares: práticas – centra-se em caracterizar, minimamente, as instituições escolares como espaços historicamente produzidos na perspectiva da formação do indivíduo.

Sirlei Maria Fischer Ranzi apresenta o texto: O espaço compartilhado do Ginásio Paranaense e a Construção da Idéia da Escola como “Um Lugar”, no qual ela analisa um momento em que o ginásio adquiriu maior credibilidade na comunidade paranaense, a partir da década de 1920, e percebe que uma série de questões, não só locais, contribuíram para que o mesmo se destacasse naquele período: crescimento do número de alunos; crescimento das demandas nas duas modalidades de ensino – Normal e Ginásio -, entre outros fatores. Segundo a autora a escolha por um tema temático e temporal é importante para a compreensão da maneira como as políticas nacionais foram apropriadas no local e de que forma o processo de equiparação para o Ginásio Paranaense, no conjunto das leis republicanas, propiciou as condições para a legitimação do ensino secundário e permitiu uma trajetória ascendente para esse grau de ensino.

Em “Instituições Escolares: Etnia e Educação Escolar”, Teresa Jussara Luporini se debruça sobre as questões que se referem às características do processo educacional entre imigrantes, definido pelo isolamento em relação à vida nacional no contexto histórico de afirmação da nacionalidade brasileira. Articula o momento histórico da imigração (meados do século XIX e início do século XX) ao contexto de constituição de escolas étnicas inseridas na realidade encontrada em terras brasileiras. A autora caracteriza o cotidiano escolar de escolas de etnia polonesa em relação aos procedimentos didáticos pedagógicos e à formação de professores. Entende que a identidade cultural está sempre em processo; é constituída internamente à sua representação, e se expressa pelas diferentes maneiras que o homem se posiciona em relação às narrativas do tempo presente e do tempo passado.

Analete Regina Schelbauer com o texto “Etnia e educação Escolar: Um breve balanço sobre o método de ensino no processo de institucionalização das escolas primárias no Brasil”, aborda o tema relativo ao método de ensino utilizado no processo de institucionalização e constituição das escolas de instrução primária no final do Império e no período da Primeira República para atender crianças negras, mestiças, órfãs e imigrantes no país. A autora procura identificar as aproximações por meio do que chama de “identidade com o tema sugerido”, para isso ela analisa a sua trajetória com a pesquisa em história da educação, que se tem construído a partir da compreensão da constituição da escola primária no Brasil entre as décadas finais do século XIX e início do século XX. Segundo a autora, nas últimas décadas, com abordagens e perspectivas diversas, surgiram trabalhos significativos voltados ao estudo e à pesquisa acerca da temática.

Finalizando a coletânea o texto: “Em busca da historicidade das práticas escolares”, de Gilberto Luiz Alves propõe ao leitor uma reflexão acerca das práticas escolares

desenvolvidas dentro das instituições sociais voltadas para a educação. Para ele os educadores não têm clareza do que essas práticas são efetivamente, uma vez que é raro constatar a preocupação, entre eles, de recuperar a historicidade das práticas escolares, e que essas práticas seriam as expressões, dentro da escola, do trabalho e que deveriam ser vistas como elementos do trabalho didático. Para Alves, o trabalho de busca no passado dos elementos que tornam o processo de produção da escola e da educação pode contribuir para o inventário de todos aqueles aspectos que as diferentes pedagogias agregam à educação e à escola brasileira. Só a investigação científica não aligeirada e sem preconceitos é capaz de revelar esses aspectos, só a pesquisa meticulosa é capaz de expor lacunas que exigem novas investigações.

ⁱ Aluna do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.